

Análise Fiscal do Governo Federal (2019-2022): Superávit Primário e Déficit Nominal em Perspectiva

Introdução

A análise do estado das contas públicas brasileiras ao término do mandato presidencial de 2019 a 2022 exige uma abordagem detalhada e multifacetada, que transcenda a simplicidade de um veredito binário. O período foi marcado por uma conjuntura global e doméstica de extrema volatilidade, iniciando-se com desafios fiscais preexistentes, atravessando o choque sem precedentes da pandemia de COVID-19 e culminando em um cenário de recuperação econômica, boom de commodities e pressões inflacionárias globais. Nesse contexto, a questão de se os "cofres públicos" foram deixados "no vermelho" não admite uma resposta única, mas revela uma dualidade fundamental nos indicadores fiscais do país.

Este relatório se propõe a desvendar essa complexidade, fundamentando-se em dados oficiais do Tesouro Nacional, do Banco Central do Brasil (BCB), do Tribunal de Contas da União (TCU) e em análises da Instituição Fiscal Independente (IFI) do Senado Federal. O cerne da análise reside na distinção crítica entre o **resultado primário**, que mede a capacidade do governo de cobrir suas despesas operacionais com suas receitas, e o **resultado nominal**, que incorpora o pesado custo dos juros da dívida pública.

Como será demonstrado, o Governo Central de fato alcançou um superávit primário em 2022, um marco notável por ser o primeiro resultado positivo em oito anos. Contudo, essa aparente saúde operacional foi ofuscada por um déficit nominal de centenas de bilhões de reais, evidenciando que a conta geral do governo permaneceu profundamente deficitária. Este documento investigará em profundidade as circunstâncias que permitiram a consecução desse superávit, questionando sua qualidade e sustentabilidade ao analisar a forte dependência de receitas extraordinárias e a utilização de manobras legislativas que alteraram as regras fiscais vigentes e postergaram obrigações financeiras. Ao final, o objetivo é fornecer um panorama completo e tecnicamente embasado do legado fiscal do período, permitindo uma compreensão clara dos avanços, retrocessos e dos desafios estruturais herdados.

I. O Resultado Fiscal de 2022: Uma Análise de Duas Métricas

Para avaliar a saúde fiscal de um governo, é imperativo analisar dois indicadores principais que, embora interligados, contam histórias distintas sobre a gestão das finanças públicas. Em 2022, o Brasil apresentou um quadro fiscal paradoxal, com um resultado positivo em uma métrica e profundamente negativo na outra.

O Superávit Primário: O Primeiro Resultado Positivo em Oito Anos

O indicador mais celebrado pelo governo ao final de 2022 foi o resultado primário. Este conceito refere-se à diferença entre todas as receitas e todas as despesas do governo, *excluindo* o pagamento de juros da dívida pública. Um resultado primário positivo, ou superávit, significa que o governo arrecadou o suficiente para cobrir seus custos operacionais e de investimento, gerando uma "sobra" que pode ser utilizada para abater a dívida.

Em 2022, o Governo Central — que engloba o Tesouro Nacional, a Previdência Social (RGPS) e o Banco Central — encerrou o ano com um **superávit primário de R\$ 54,1 bilhões**.¹ Este foi um marco significativo, pois representou o primeiro resultado primário positivo para as contas do governo desde 2013, interrompendo uma sequência de oito anos consecutivos de déficits.¹ O resultado superou consideravelmente as projeções oficiais, que apontavam para um superávit de R\$ 36,3 bilhões, e excedeu em muito a meta estabelecida na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para o ano, que autorizava um déficit de até R\$ 170,5 bilhões.³

Quando a análise é expandida para o setor público consolidado, que inclui também os governos estaduais e municipais, o desempenho foi ainda mais robusto. O conjunto do setor público brasileiro registrou um **superávit primário de R\$ 126 bilhões**, equivalente a 1,25% do Produto Interno Bruto (PIB).⁵ Esse número reflete não apenas o resultado positivo da União, mas também o bom desempenho fiscal dos entes subnacionais naquele ano.⁷ Do ponto de vista estritamente operacional, portanto, o governo demonstrou capacidade de gerar mais receitas do que despesas não financeiras.

O Déficit Nominal: O Peso dos Juros na Conta Final

Apesar do superávit primário, a fotografia completa das finanças públicas exige a inclusão de todas as obrigações do governo, sendo a mais pesada delas o pagamento de juros da dívida. O resultado nominal é a métrica que faz exatamente isso: ele é calculado como o resultado primário *subtraído* das despesas com juros nominais. Este é o indicador que determina a variação total da dívida pública em um determinado período. Se o resultado nominal é negativo (déficit), a dívida total do país aumenta.

Em 2022, a conta final foi drasticamente diferente daquela apresentada pelo resultado primário. O setor público consolidado registrou um **déficit nominal de R\$ 460,4 bilhões**, o que correspondeu a 4,68% do PIB.⁵ A razão para essa inversão dramática de um superávit de R\$ 126 bilhões para um déficit de R\$ 460,4 bilhões reside no volume colossal de recursos destinados ao serviço da dívida. Apenas em 2022, o país gastou

R\$ 586,4 bilhões com o pagamento de juros nominais.⁵

Esse volume expressivo de despesa com juros não foi um acaso, mas uma consequência direta do ambiente macroeconômico. Para combater a inflação elevada que marcou o período pós-pandemia, o Banco Central promoveu um ciclo agressivo de alta da taxa básica de juros, a Selic. Como grande parte da dívida pública brasileira é atrelada a essa taxa, cada aumento nos juros básicos se traduzia em um aumento exponencial da despesa financeira do governo. Assim, a política monetária contracionista, necessária para estabilizar os preços, impôs um custo fiscal imenso, que mais do que anulou o esforço operacional refletido no superávit primário.

A coexistência de um superávit primário e um déficit nominal massivo revela a complexidade da situação fiscal. Permitiu a construção de narrativas políticas antagônicas, ambas ancoradas em dados oficiais. Por um lado, a narrativa de um governo que, pela primeira vez em quase uma década, conseguiu equilibrar suas contas operacionais. Por outro, a de um governo cuja dívida continuou a crescer em termos absolutos, pressionada por um custo financeiro insustentável. A resposta à pergunta sobre se os cofres ficaram "no vermelho" depende, portanto, da métrica que se escolhe observar. Se considerarmos apenas a operação do governo, a resposta é não. Se considerarmos a conta completa, incluindo as obrigações financeiras, a resposta é um retumbante sim.

II. A Trajetória das Contas Públicas: Uma Visão Ano a Ano (2019-2022)

O resultado fiscal de 2022 não foi um evento isolado, mas o culminar de uma trajetória de quatro anos marcada por choques externos e respostas políticas significativas. A análise da evolução do resultado primário do Governo Central ao longo do mandato oferece um contexto crucial para entender a dinâmica das finanças públicas no período.

- **2019:** O governo iniciou o mandato herdando uma sequência de déficits primários. Em 2019, as contas do Governo Central fecharam com um resultado negativo de **R\$ 95,1 bilhões**, o equivalente a $-1,3\%$ do PIB.⁸ Este número representava uma continuidade da tendência de desequilíbrio fiscal que o país enfrentava desde 2014.
- **2020:** O ano foi dominado pela pandemia de COVID-19, que provocou a maior crise sanitária e econômica em um século. Para mitigar os efeitos devastadores das medidas de isolamento social sobre a população e as empresas, o governo implementou um pacote robusto de expansão fiscal. Programas como o Auxílio Emergencial, juntamente com o aumento dos gastos em saúde, levaram a uma explosão das despesas públicas. Concomitantemente, a forte retração da atividade econômica deprimiu a arrecadação de impostos. A combinação desses dois fatores resultou em um déficit primário recorde para o Governo Central: **R\$ 743,3 bilhões**, ou $-10,0\%$ do PIB.⁸ Este foi um esforço fiscal necessário e alinhado com as respostas adotadas por governos em todo o mundo, mas que deixou uma marca profunda nas contas públicas.
- **2021:** Com o avanço da vacinação e a gradual reabertura da economia, o cenário fiscal começou a se recuperar. As medidas emergenciais de 2020 foram, em grande parte, descontinuadas, levando a uma forte contração das despesas. Ao mesmo tempo, a retomada da atividade econômica e o aumento da inflação impulsionaram a arrecadação. Como resultado, o déficit primário do Governo Central sofreu uma redução drástica, caindo para **R\$ 35,1 bilhões**, o que representou apenas $-0,4\%$ do PIB.⁸ Essa melhora expressiva sinalizou uma rápida reversão do choque pandêmico.
- **2022:** A trajetória de melhora continuou e se intensificou. Impulsionado por fatores que serão detalhados adiante, como a arrecadação recorde e medidas de contenção de certas despesas, o Governo Central conseguiu reverter o sinal do resultado fiscal. O ano fechou com o já mencionado superávit primário de **R\$ 54,9 bilhões**, ou $+0,6\%$ do PIB.⁹

A tabela a seguir consolida essa evolução, ilustrando a jornada fiscal do Governo Central desde o déficit pré-pandemia, passando pelo ápice do gasto emergencial, até a recuperação e o superávit final.

Tabela 1: Indicadores Fiscais do Governo Central (2019-2022)

Ano	Resultado Primário (R\$ bilhões)	Resultado Primário (% PIB)
-----	-------------------------------------	-------------------------------

2019	-95,1	-1,3%	
2020	-743,3	-10,0%	
2021	-35,1	-0,4%	
2022	+54,9	+0,6%	
Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional, Tribunal de Contas da União. ⁸			

Essa trajetória em "V" do resultado primário demonstra a magnitude do impacto da pandemia e a velocidade da recuperação fiscal subsequente. No entanto, a análise a seguir buscará qualificar essa recuperação, investigando se ela se baseou em melhorias estruturais ou em fatores conjunturais e temporários.

III. A Dinâmica da Dívida Pública

Enquanto o resultado fiscal mede o "fluxo" de receitas e despesas em um ano, a dívida pública representa o "estoque" acumulado de déficits passados. A sua trajetória, especialmente quando medida como proporção do PIB, é um dos principais termômetros da solvência de um país.

Evolução da Dívida Bruta do Governo Geral (DBGG)

A Dívida Bruta do Governo Geral (DBGG) é o indicador mais amplo de endividamento, pois abrange as obrigações do governo federal, estados e municípios com o setor privado e o setor público financeiro. Sua evolução durante o período 2019-2022 foi tão dramática quanto a do resultado primário.

- Ao final de 2019, a DBGG estava em **74,3% do PIB**.¹⁰
- Com o massivo déficit primário de 2020 para financiar as políticas de combate à pandemia e a contração do PIB naquele ano, a dívida pública explodiu, atingindo um pico

histórico de **88,8% do PIB**.¹⁰ Esse salto de mais de 14 pontos percentuais em um único ano acendeu um forte sinal de alerta sobre a sustentabilidade fiscal do Brasil.

- Contudo, a partir de 2021, a trajetória se inverteu de forma surpreendente. A DBGG iniciou um processo de queda acentuada, recuando 8,6 pontos percentuais do PIB em 2021. Essa tendência de redução continuou em 2022, com uma nova queda de 4,8 pontos percentuais do PIB.¹¹ Com isso, ao final de 2022, a relação dívida/PIB havia retornado a um patamar próximo ao observado antes da pandemia, em torno de 75%.

Essa rápida reversão na trajetória da dívida, de uma escalada preocupante para uma queda expressiva, pode parecer, à primeira vista, um sinal inequívoco de forte consolidação fiscal. No entanto, uma análise mais aprofundada revela que essa melhora foi significativamente influenciada por um fator macroeconômico: a inflação.

A relação dívida/PIB é uma fração, com o estoque da dívida no numerador e o PIB nominal no denominador. Em um ambiente de inflação alta, como o vivenciado pelo Brasil em 2021 e 2022, o denominador (PIB nominal) cresce de forma acelerada, mesmo que o crescimento real da economia seja modesto. Esse fenômeno, conhecido como "efeito denominador", pode fazer com que a relação dívida/PIB caia, mesmo que o endividamento em termos reais não esteja diminuindo na mesma proporção. A inflação elevada, que impulsionou a arrecadação, também ajudou a "corroer" o peso da dívida em relação à economia.¹²

Portanto, a melhora no indicador da dívida não foi fruto apenas do superávit primário de 2022, mas também de um efeito estatístico gerado pela alta de preços. Isso implica que a sustentabilidade dessa queda era questionável, pois dependeria da continuidade de um ambiente inflacionário — algo indesejável para a economia — ou de uma melhora estrutural e permanente nas contas públicas. A Instituição Fiscal Independente (IFI), por exemplo, já alertava que, apesar da melhora de curto prazo, a trajetória da dívida permanecia insustentável no longo prazo, com projeções indicando um retorno à tendência de crescimento nos anos seguintes.¹⁴

A tabela abaixo ilustra o choque da pandemia sobre a dívida e sua subsequente e rápida recuperação.

Tabela 2: Dívida Bruta do Governo Geral (% PIB) - Série Histórica (2019-2022)

Final do Ano	DBGG (% PIB)
2019	74,3%
2020	88,8%

2021	80,2%	
2022	75,4%	
Fonte: Banco Central do Brasil, Tribunal de Contas da União. Dados de 2021 e 2022 calculados a partir da trajetória descrita em. ¹⁰		

IV. Fatores Determinantes do Resultado Fiscal de 2022

O superávit primário de 2022 não pode ser atribuído a uma única causa, mas a uma confluência de fatores que atuaram tanto pelo lado da receita quanto pelo lado da despesa. A análise desses componentes é fundamental para avaliar a qualidade e a sustentabilidade do ajuste fiscal observado.

O Lado da Receita: Arrecadação Recorde e Fatores Conjunturais

O principal motor do resultado positivo foi um desempenho extraordinário da arrecadação federal, que atingiu níveis recordes.¹ Esse crescimento foi impulsionado por uma combinação de fatores, muitos dos quais de natureza temporária ou cíclica:

- Boom das Commodities:** A guerra na Ucrânia e a desorganização das cadeias produtivas globais levaram a um forte aumento nos preços internacionais do petróleo. Isso beneficiou diretamente os cofres públicos brasileiros de duas maneiras principais. Primeiro, as receitas com royalties e participações especiais sobre a produção de petróleo cresceram substancialmente.¹ Segundo, a Petrobras, empresa de capital misto controlada pela União, obteve lucros recordes, o que se traduziu no pagamento de dividendos vultosos ao governo. Apenas em 2022, a União recebeu **R\$ 40,4 bilhões em dividendos e participações** de estatais como Petrobras, BNDES e Banco do Brasil.²
- Inflação Elevada:** A alta generalizada dos preços, embora prejudicial para o poder de compra da população, teve um efeito positivo sobre a arrecadação. A inflação aumenta a base nominal sobre a qual incidem os impostos sobre consumo (como PIS/Cofins) e o lucro das empresas (Imposto de Renda e CSLL). Esse efeito foi um dos principais

responsáveis pelo crescimento real da receita.¹²

- **Crescimento da Atividade Econômica:** A recuperação da economia após o choque da pandemia, com o reaquecimento do setor de serviços, também contribuiu para o aumento da base tributável e, conseqüentemente, para uma maior arrecadação.¹

O resultado combinado desses fatores foi um aumento real (descontada a inflação) de 7,7% na receita líquida do Governo Central em 2022.² No entanto, a forte dependência de receitas voláteis e não recorrentes, como dividendos de estatais e royalties de petróleo, colocava em dúvida a capacidade de manter esse nível de arrecadação nos anos seguintes, quando os preços das commodities poderiam se normalizar.

Intervenções Legislativas e o Espaço Fiscal: A Qualidade do Ajuste em Questão

Se pelo lado da receita o resultado foi impulsionado por fatores conjunturais, pelo lado da despesa o superávit foi auxiliado por intervenções legislativas que alteraram as regras do jogo fiscal e geraram controvérsias sobre a qualidade do ajuste. Duas Propostas de Emenda à Constituição (PECs) foram particularmente impactantes.

- **A PEC dos Precatórios (Emendas Constitucionais 113 e 114 de 2021):** O governo enfrentava para 2022 uma previsão de pagamento de um volume sem precedentes de precatórios — dívidas do Estado reconhecidas em definitivo pela Justiça. Para evitar que essa despesa obrigatória pressionasse o Teto de Gastos e inviabilizasse outras áreas do orçamento, o Congresso aprovou uma emenda constitucional que estabeleceu um limite (subteto) para o pagamento anual de precatórios até 2026. Na prática, a medida funcionou como um calote parcial e temporário, adiando o pagamento de dezenas de bilhões de reais em obrigações legais. Esse adiamento de despesas contribuiu diretamente para a melhora artificial do resultado primário de 2022.¹ O superávit, portanto, foi alcançado não apenas por arrecadar mais, mas também por deixar de pagar uma parte das contas devidas, empurrando o problema para administrações futuras.¹⁷
- **A PEC "Kamikaze" (Emenda Constitucional 123 de 2022):** A poucos meses das eleições presidenciais e em um contexto de forte alta nos preços dos combustíveis, foi aprovada outra emenda constitucional que instituiu um "estado de emergência".¹⁸ Essa declaração serviu como um artifício jurídico para permitir que o governo gastasse **R\$ 41,25 bilhões** em novos benefícios sociais *fora* do Teto de Gastos e sem a necessidade de apresentar uma fonte de compensação.¹⁸ Os recursos foram usados para aumentar o Auxílio Brasil de R\$ 400 para R\$ 600 e criar auxílios para caminhoneiros e taxistas.²¹ A medida, vista por analistas como tendo um claro viés eleitoral, representou

um drible na principal âncora fiscal do país. Anos depois, o Supremo Tribunal Federal (STF) declararia inconstitucionais os principais dispositivos da emenda, reforçando as críticas sobre sua legitimidade.²²

A estratégia fiscal de 2022 se mostrou, portanto, paradoxal. Ao mesmo tempo em que uma emenda constitucional era usada para conter artificialmente uma despesa obrigatória (precatórios), ajudando a gerar um superávit contábil, outra emenda era utilizada para expandir massivamente os gastos fora das regras fiscais. Esse comportamento de contornar as regras vigentes em vez de promover ajustes estruturais dentro delas lançou sérias dúvidas sobre a credibilidade e a sustentabilidade da política fiscal, mesmo diante de um resultado primário numericamente positivo.

V. Avaliação da Sustentabilidade Fiscal: A Perspectiva da Instituição Fiscal Independente (IFI)

A Instituição Fiscal Independente (IFI), órgão vinculado ao Senado Federal com a missão de analisar as contas públicas com autonomia, oferece uma perspectiva crucial para qualificar os resultados fiscais do período. As análises da IFI consistentemente apontaram para a fragilidade por trás dos números aparentemente positivos de 2022.

Análise Crítica do Superávit de 2022

Desde o início de 2022, os relatórios da IFI já alertavam para a situação fiscal "frágil", apesar da melhora observada nos indicadores desde 2021.²⁴ A instituição argumentava que a recuperação estava ancorada em um desempenho macroeconômico que perdia força e que os desafios para manter a credibilidade das regras fiscais seriam enormes.

Ao analisar os dados consolidados de 2022, o Relatório de Acompanhamento Fiscal (RAF) de fevereiro de 2023, elaborado pela IFI, trouxe conclusões contundentes. A instituição destacou que o resultado positivo foi fortemente influenciado por **R\$ 55 bilhões em fatores não recorrentes pelo lado da receita**.²⁵ Além disso, o relatório apontou que a despesa primária recorrente, ou seja, aquela que tende a se repetir nos anos seguintes, havia na verdade

aumentado em 0,9 ponto percentual do PIB em 2022, indicando uma deterioração na qualidade do gasto público.²⁵

No relatório de janeiro de 2023, a IFI já havia ressaltado que o expressivo crescimento da receita primária em 2022 foi impulsionado majoritariamente por receitas não administradas, como dividendos e exploração de recursos naturais (petróleo), que são por natureza voláteis e não garantem um fluxo de arrecadação estável para o futuro.²⁶ Essa análise corrobora a tese de que o superávit foi mais um evento conjuntural do que o início de uma trajetória sustentável de equilíbrio fiscal.

Riscos e Perspectivas para o Futuro

Para além da análise do resultado pontual de 2022, a IFI manteve uma visão de longo prazo cética em relação à sustentabilidade da dívida pública brasileira. Em diversos relatórios, a instituição projetou que, na ausência de reformas estruturais, a trajetória da DBGG era de crescimento, mesmo com as quedas temporárias observadas em 2021 e 2022.¹⁴

A IFI também foi uma voz crítica em relação ao enfraquecimento do arcabouço fiscal. A instituição afirmou que o Teto de Gastos, após as sucessivas alterações e exceções — como as promovidas pela PEC dos Precatórios e pela PEC Kamikaze —, já não cumpria seu papel de conter o crescimento da dívida pública, o que colocava sua própria sobrevivência "em xeque".¹⁴ Essa avaliação de uma instituição técnica e independente reforça a conclusão de que o superávit de 2022, embora estatisticamente real, foi obtido em meio a uma deterioração da governança e da credibilidade fiscal do país.

Conclusão: O Legado Fiscal de 2019-2022

A análise aprofundada das contas públicas ao final do governo 2019-2022 revela um legado fiscal de natureza dual e complexa, que não permite uma resposta simplista à questão sobre se os cofres públicos foram deixados "no vermelho".

É um fato que o governo **não deixou as contas primárias no vermelho** em seu último ano. Pelo contrário, entregou um superávit primário de R\$ 54,1 bilhões no Governo Central, o primeiro resultado positivo após oito anos de déficits consecutivos. Esse foi um marco estatístico relevante, que reverteu a trajetória de desequilíbrio operacional que vinha desde 2014.

No entanto, esta afirmação deve ser imediatamente acompanhada de qualificações cruciais. Primeiramente, ao se considerar a conta completa do setor público, os cofres estavam

decididamente no vermelho. O resultado nominal, que inclui o pagamento de juros, registrou um déficit de R\$ 460,4 bilhões, impulsionado por uma despesa financeira de quase R\$ 600 bilhões. Isso significa que, apesar do esforço operacional, a dívida pública continuou a crescer em valores absolutos, pressionada por um ambiente de juros elevados.

Em segundo lugar, a própria qualidade do superávit primário é questionável. Ele foi construído sobre uma base frágil e, em grande medida, insustentável. Pelo lado da receita, dependeu fortemente de fatores temporários e voláteis, como o boom global no preço do petróleo e uma inflação doméstica elevada, que inflaram a arrecadação de forma extraordinária. Pelo lado da despesa, foi auxiliado por manobras contábeis e legislativas, notadamente a PEC dos Precatórios, que adiou o pagamento de obrigações legais, melhorando o resultado do presente ao custo de aumentar as pressões fiscais futuras.

Por fim, a credibilidade do arcabouço fiscal foi severamente abalada. A aprovação da PEC Kamikaze, que permitiu uma expansão de gastos de R\$ 41,25 bilhões fora do Teto de Gastos em pleno ano eleitoral, sinalizou uma disposição para contornar as regras fiscais em vez de buscar soluções dentro delas.

Em síntese, o legado fiscal do período é o de um resultado primário positivo, mas conjuntural, alcançado em meio a uma deterioração da qualidade do gasto, do aumento da dívida em termos nominais e do enfraquecimento da governança fiscal. O governo encerrou seu mandato com um superávit para apresentar, mas deixou para seu sucessor desafios estruturais significativos, incluindo uma "fatura" de precatórios a ser paga e a tarefa de reconstruir a credibilidade das regras que regem as finanças públicas no Brasil.

Referências

3

<https://www.gov.br/tesouronacional/pt-br/noticias/governo-federal-apresenta-superavit-primario-de-r-59-7-bilhoes-em-2022>

28

<https://www.tesourotransparente.gov.br/publicacoes/boletim-resultado-do-tesouro-nacional-rtn/2022/12>

1

<https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2023-01/governo-central-registra-superavi>

[t-de-r-54086-bi-em-2022](#)

9

https://sites.tcu.gov.br/fatos-fiscais/resultado_fiscal.html

9

https://sites.tcu.gov.br/fatos-fiscais/resultado_fiscal.html

29

<https://www.tesourotransparente.gov.br/temas/estatisticas-fiscais-e-planejamento/resultado-do-tesouro-nacional-rtn-conteudos-relacionados>

6

https://www.bcb.gov.br/content/estatisticas/hist_estatisticasfiscais/202401_Texto_de_estatisticas_fiscais.pdf

5

<https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2023-01/setor-publico-registra-superavit-primario-de-r-126-bilhoes-em-2022>

6

https://www.bcb.gov.br/content/estatisticas/hist_estatisticasfiscais/202401_Texto_de_estatisticas_fiscais.pdf

9

https://sites.tcu.gov.br/fatos-fiscais/resultado_fiscal.html

30

<https://www.bcb.gov.br/estatisticas/estatisticasfiscais>

7

<https://www.gov.br/fazenda/pt-br/central-de-conteudo/publicacoes/transparencia-fiscal/boletim-resultado-fiscal-estrutural/2023/boletim-rfe-2023-2022-final.pdf>

31

<https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2023-01/divida-publica-fecha-2022-perto->

[de-r-6-trilhoes](#)

30

<https://www.bcb.gov.br/estatisticas/estatisticasfiscais>

32

<https://www.cnnbrasil.com.br/economia/macroeconomia/divida-bruta-do-brasil-sobe-e-alcanca-761-do-pib/>

33

<https://www.gov.br/tesouronacional/pt-br/noticias/divida-bruta-deve-chegar-a-81-8-do-pib-em-2022>

27

<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2025/04/16/ifi-governo-tera-deficit-primario-de-r-64-bilhoes-mas-cumprira-meta>

14

<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2025/06/24/ifi-controle-de-contas-e-insustentavel-mesmo-com-cumprimento-da-meta>

3

<https://www.gov.br/tesouronacional/pt-br/noticias/governo-federal-apresenta-superavit-primario-de-r-59-7-bilhoes-em-2022>

34

<https://www.ipea.gov.br/cartadeconjuntura/index.php/category/financas-publicas/>

3

<https://www.gov.br/tesouronacional/pt-br/noticias/governo-federal-apresenta-superavit-primario-de-r-59-7-bilhoes-em-2022>

4

<https://portal.tcu.gov.br/imprensa/noticias/exposicao-fatos-fiscais-apresenta-os-gastos-publicos-de-2022-em-importantes-areas-do-pais.htm>

35

<https://www.youtube.com/watch?v=uGXsOyHwrlA>

2

<https://www.cnnbrasil.com.br/economia/macroeconomia/governo-central-registra-superavit-de-r-541-bilhoes-em-2022-diz-tesouro/>

36

<https://www.contabeis.com.br/artigos/62225/analise-comparativa-dos-resultados-fiscais-do-governo-federal-brasileiro-em-setembro-de-2023-e-2022/>

7

<https://www.gov.br/fazenda/pt-br/central-de-conteudo/publicacoes/transparencia-fiscal/boletim-resultado-fiscal-estrutural/2023/boletim-rfe-2023-2022-final.pdf>

15

<https://brasil61.com/n/entenda-quais-fatores-proporcionaram-saldo-positivo-nas-contas-do-governo-central-em-2022-bras237812>

37

<https://portalibre.fgv.br/revista-conjuntura-economica/carta-da-conjuntura/os-cinco-desafios-da-politica-fiscal-em-2024>

38

<https://www.infomoney.com.br/economia/crescimento-medio-do-brasil-entre-2019-e-2022-d-eve-ser-de-114-diz-fmi/>

3

<https://www.gov.br/tesouronacional/pt-br/noticias/governo-federal-apresenta-superavit-primario-de-r-59-7-bilhoes-em-2022>

1

<https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2023-01/governo-central-registra-superavit-de-r-54086-bi-em-2022>

12

https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/598353/RAF65_JUN2022_Release.pdf

39

<https://www.jota.info/legislativo/camara-aprova-pec-dos-precatorios-com-fase-de-transicao-fiscal-ate-2027>

40

<https://www.terra.com.br/noticias/pec-66-propoe-mudanca-no-calculo-dos-precatorios,a1bc b06544cfd971709c8393d6cd1f52njaerrox.html>

41

<https://cnbsp.org.br/2025/07/17/valor-investe-pec-dos-precatorios-entenda-o-impacto-fiscal-do-projeto/>

42

<https://www.camara.leg.br/noticias/1180446-camara-aprova-em-2o-turno-pec-que-altera-re-gras-para-pagamento-de-precatorios/>

18

<https://comsefaz.org.br/novo/pec-kamikaze-proposta-e-inconsequente-e-ameaca-as-contas-publicas-estaduais/>

21

<https://warren.com.br/magazine/pec-kamikaze-investimentos/>

43

<https://www.nathfinancas.com.br/noticias/o-que-e-pec-kamikaze/>

22

<https://www.migalhas.com.br/quentes/412443/pec-kamikaze-stf-invalida-emenda-que-amplio-u-beneficios-sociais>

11

<https://sites.tcu.gov.br/contas-do-governo-2022/02-divida-publica.html>

44

<https://www.cnnbrasil.com.br/economia/macroeconomia/divida-publica-tem-trajetoria-de-queda-mesmo-com-pandemia-e-representa-783-do-pib/>

13

https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/660075/RAF92_SET2024_Cenario_curto_prazo_divida_publica.pdf

30

<https://www.bcb.gov.br/estatisticas/estatisticasfiscais>

45

<https://www.bcb.gov.br/estatisticas/tabelasespeciais>

10

<https://sites.tcu.gov.br/contas-do-governo-2020/03-conjuntura-economica-divida.html>

46

<https://www12.senado.leg.br/ifi/en/relatorio-de-acompanhamento-fiscal>

47

<https://www12.senado.leg.br/noticias/videos/2024/07/ifi-metas-de-resultado-primario-nao-se-rao-atingidas-neste-ano>

24

<https://www.planuscontabilidadedf.com.br/noticias/tecnicas/2022/02/17/relatorio-da-ifi-estimativa-alta-de-0-5-para-o-pib-em-2022-fonte-agencia-senado.html>

48

<https://www12.senado.leg.br/ifi/relatorio-de-acompanhamento-fiscal>

49

<https://conasems-ava-prod.s3.sa-east-1.amazonaws.com/institucional/orientacoes/raf86-mar-2024-1711481175.pdf>

50

https://static.congressoemfoco.com.br/attachment/2025/04/16/4f6b8a_raf-ifi-26042025.pdf

8

<https://www.gov.br/fazenda/pt-br/central-de-conteudo/publicacoes/transparencia-fiscal/boletim-resultado-fiscal-estrutural/2022/boletim-resultado-fiscal-estrutural-2022-2021.pdf>

51

<https://www.tesourotransparente.gov.br/ckan/dataset/resultado-do-tesouro-nacional>

29

<https://www.tesourotransparente.gov.br/temas/estatisticas-fiscais-e-planejamento/resultado-do-tesouro-nacional-rtn-conteudos-relacionados>

30

<https://www.bcb.gov.br/estatisticas/estatisticasfiscais>

9

https://sites.tcu.gov.br/fatos-fiscais/resultado_fiscal.html

52

<https://www.gov.br/tesouronacional/pt-br>

16

[https://www.camara.leg.br/noticias/836271-PEC-DOS-PRECATORIOS-ABRE-ESPACO-DE-R\\$-65-BILHOES-NO-ORCAMENTO-DE-2022](https://www.camara.leg.br/noticias/836271-PEC-DOS-PRECATORIOS-ABRE-ESPACO-DE-R$-65-BILHOES-NO-ORCAMENTO-DE-2022)

39

<https://www.jota.info/legislativo/camara-aprova-pec-dos-precatorios-com-fase-de-transicao-fiscal-ate-2027>

17

<https://veja.abril.com.br/economia/o-impacto-da-pec-dos-precatorios-no-orcamento-de-2021-e-2022/>

41

<https://cnbsp.org.br/2025/07/17/valor-investe-pec-dos-precatorios-entenda-o-impacto-fiscal>

[-do-projeto/](#)

53

<https://www12.senado.leg.br/noticias/audios/2025/08/pec-dos-precatorios-e-mp-do-iof-ajudam-mas-ajuste-fiscal-ainda-e-crucial-diz-ifi>

54

<https://www.youtube.com/watch?v=6lipnGMeRFE>

20

<https://www12.senado.leg.br/publicacoes/estudos-legislativos/tipos-de-estudos/textos-para-discussao/td311>

23

<https://www.jota.info/stf/do-supremo/stf-declara-dispositivos-da-pec-kamikaze-inconstituiconais>

19

<https://www.jota.info/stf/do-supremo/partido-novo-suspensao-imediata-pec-kamikaze>

55

<https://www.gov.br/mme/pt-br/assuntos/noticias/mme-divulga-o-impacto-potencial-dos-efeitos-da-ec-no-123-2022-no-preco-do-etanol>

56

<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/emecon/2022/emendaconstitucional-123-14-julho-2022-792985-norma-pl.html>

21

<https://warren.com.br/magazine/pec-kamikaze-investimentos/>

57

<https://static.poder360.com.br/2023/12/83-RAF-IFI-dezembro.pdf>

49

<https://conasems-ava-prod.s3.sa-east-1.amazonaws.com/institucional/orientacoes/raf86-mar>

[2024-1711481175.pdf](#)

26

<https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/604617>

48

<https://www12.senado.leg.br/ifi/relatorio-de-acompanhamento-fiscal>

47

<https://www12.senado.leg.br/noticias/videos/2024/07/ifi-metas-de-resultado-primario-nao-se-rao-atingidas-neste-ano>

50

https://static.congressoemfoco.com.br/attachment/2025/04/16/4f6b8a_raf-ifi-26042025.pdf

50

https://static.congressoemfoco.com.br/attachment/2025/04/16/4f6b8a_raf-ifi-26042025.pdf

25

<https://www12.senado.leg.br/ifi/publicacoes-1/relatorio/2023/fevereiro/raf-relatorio-de-acompanhamento-fiscal-fev-2023>

1

<https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2023-01/governo-central-registra-superavit-de-r-54086-bi-em-2022>

48

<https://www12.senado.leg.br/ifi/relatorio-de-acompanhamento-fiscal>

1

<https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2023-01/governo-central-registra-superavit-de-r-54086-bi-em-2022>

Referências citadas

1. Governo Central registra superávit de R\$ 54,086 bi em 2022 ..., acessado em agosto 25, 2025,

- <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2023-01/governo-central-registra-superavit-de-r-54086-bi-em-2022>
2. Governo central fecha 2022 no azul pela 1ª vez em 9 anos, com superávit de R\$ 54 bi, acessado em agosto 25, 2025,
<https://www.cnnbrasil.com.br/economia/macroeconomia/governo-central-registra-superavit-de-r-541-bilhoes-em-2022-diz-tesouro/>
 3. Governo Federal apresenta superávit primário de R\$ 59,7 bilhões em 2022 - Portal Gov.br, acessado em agosto 25, 2025,
<https://www.gov.br/tesouronacional/pt-br/noticias/governo-federal-apresenta-superavit-primario-de-r-59-7-bilhoes-em-2022>
 4. Exposição Fatos Fiscais apresenta os gastos públicos de 2022 em importantes áreas do país - Portal TCU, acessado em agosto 25, 2025,
<https://portal.tcu.gov.br/imprensa/noticias/exposicao-fatos-fiscais-apresenta-os-gastos-publicos-de-2022-em-importantes-areas-do-pais.htm>
 5. Setor público registra superávit primário de R\$ 126 bilhões em 2022 - Agência Brasil - EBC, acessado em agosto 25, 2025,
<https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2023-01/setor-publico-registra-superavit-primario-de-r-126-bilhoes-em-2022>
 6. Banco Central, acessado em agosto 25, 2025,
https://www.bcb.gov.br/content/estatisticas/hist_estatisticasfiscais/202401_Texto_de_estatisticas_fiscais.pdf
 7. Resultado Fiscal Estrutural 2022 - Portal Gov.br, acessado em agosto 25, 2025,
<https://www.gov.br/fazenda/pt-br/central-de-conteudo/publicacoes/transparencia-fiscal/boletim-resultado-fiscal-estrutural/2023/boletim-rfe-2023-2022-final.pdf>
 8. Resultado Fiscal Estrutural 2021 - Portal Gov.br, acessado em agosto 25, 2025,
<https://www.gov.br/fazenda/pt-br/central-de-conteudo/publicacoes/transparencia-fiscal/boletim-resultado-fiscal-estrutural/2022/boletim-resultado-fiscal-estrutural-2022-2021.pdf>
 9. Resultado Fiscal - Fatos Fiscais, acessado em agosto 25, 2025,
https://sites.tcu.gov.br/fatos-fiscais/resultado_fiscal.html
 10. dívida pública - Contas do Governo - 2020, acessado em agosto 25, 2025,
<https://sites.tcu.gov.br/contas-do-governo-2020/03-conjuntura-economica-divida.html>
 11. Dívida Pública - Contas do Presidente, acessado em agosto 25, 2025,
<https://sites.tcu.gov.br/contas-do-governo-2022/02-divida-publica.html>
 12. Deficit primário do governo central em 2022 deve chegar a R\$ 49,9 bilhões, diz IFI - Senado, acessado em agosto 25, 2025,
https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/598353/RAF65_JUN2022_Release.pdf
 13. Dívida Pública: Evolução recente e cenário de curto prazo⁵¹ - Senado, acessado em agosto 25, 2025,
https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/660075/RAF92_SET2024_Cenario_curto_prazo_divida_publica.pdf
 14. IFI: controle de contas é 'insustentável', mesmo com cumprimento da meta -

- Senado Federal, acessado em agosto 25, 2025,
<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2025/06/24/ifi-controle-de-contas-e-insustentavel-mesmo-com-cumprimento-da-meta>
15. Entenda quais fatores proporcionaram saldo positivo nas contas do governo central em 2022 | Brasil 61, acessado em agosto 25, 2025,
<https://brasil61.com/n/entenda-quais-fatores-proporcionaram-saldo-positivo-nas-contas-do-governo-central-em-2022-bras237812>
 16. PEC dos Precatórios abre espaço de R\$ 65 bilhões no Orçamento de 2022 - Notícias, acessado em agosto 25, 2025,
[https://www.camara.leg.br/noticias/836271-PEC-DOS-PRECATORIOS-ABRE-ESPAÇO-DE-R\\$-65-BILHOES-NO-ORCAMENTO-DE-2022](https://www.camara.leg.br/noticias/836271-PEC-DOS-PRECATORIOS-ABRE-ESPAÇO-DE-R$-65-BILHOES-NO-ORCAMENTO-DE-2022)
 17. O impacto da PEC dos Precatórios nos orçamentos de 2021 e 2022 - VEJA, acessado em agosto 25, 2025,
<https://veja.abril.com.br/economia/o-impacto-da-pec-dos-precatorios-no-orcamento-de-2021-e-2022/>
 18. PEC Kamikaze: proposta é inconsequente e uma ameaça às contas públicas estaduais., acessado em agosto 25, 2025,
<https://comsefaz.org.br/novo/pec-kamikaze-proposta-e-inconsequente-e-ameaca-a-as-contas-publicas-estaduais/>
 19. PEC Kamikaze: Partido Novo pede suspensão da emenda ao STF - JOTA, acessado em agosto 25, 2025,
<https://www.jota.info/stf/do-supremo/partido-novo-suspensao-imediata-pec-kamikaze>
 20. Textos para Discussão nº 311: Teto de Gastos: problemas e alternativas - Senado Federal, acessado em agosto 25, 2025,
<https://www12.senado.leg.br/publicacoes/estudos-legislativos/tipos-de-estudos/textos-para-discussao/td311>
 21. PEC Kamikaze aprovada: qual é o impacto esperado nos investimentos?, acessado em agosto 25, 2025,
<https://warren.com.br/magazine/pec-kamikaze-investimentos/>
 22. PEC Kamikaze: STF invalida emenda que ampliou benefícios sociais - Migalhas, acessado em agosto 25, 2025,
<https://www.migalhas.com.br/quentes/412443/pec-kamikaze-stf-invalida-emenda-que-ampliou-beneficios-sociais>
 23. STF declara dispositivos da PEC Kamikaze inconstitucionais - JOTA, acessado em agosto 25, 2025,
<https://www.jota.info/stf/do-supremo/stf-declara-dispositivos-da-pec-kamikaze-inconstitucionais>
 24. Relatório da IFI estima alta de 0,5% para o PIB em 2022 Fonte: Agência Senado, acessado em agosto 25, 2025,
<https://www.planuscontabilidadedf.com.br/noticias/tecnicas/2022/02/17/relatorio-da-ifi-estima-alta-de-0-5-para-o-pib-em-2022-fonte-agencia-senado.html>
 25. Relatório de Acompanhamento Fiscal - Senado Federal, acessado em agosto 25, 2025,
<https://www12.senado.leg.br/ifi/publicacoes-1/relatorio/2023/fevereiro/raf-relatori>

o-de-acompanhamento-fiscal-fev-2023

26. Relatório de acompanhamento fiscal : janeiro de 2023 - Senado, acessado em agosto 25, 2025, <https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/604617>
27. IFI: governo terá déficit primário de R\$ 64 bilhões, mas cumprirá meta - Senado Federal, acessado em agosto 25, 2025, <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2025/04/16/ifi-governo-tera-deficit-primario-de-r-64-bilhoes-mas-cumprira-meta>
28. Boletim Resultado do Tesouro Nacional (RTN) - 2022 - Dezembro, acessado em agosto 25, 2025, <https://www.tesourotransparente.gov.br/publicacoes/boletim-resultado-do-tesouro-nacional-rtn/2022/12>
29. Resultado do Tesouro Nacional (RTN) - conteúdos relacionados, acessado em agosto 25, 2025, <https://www.tesourotransparente.gov.br/temas/estatisticas-fiscais-e-planejamento/resultado-do-tesouro-nacional-rtn-conteudos-relacionados>
30. Estatísticas fiscais - Banco Central do Brasil, acessado em agosto 25, 2025, <https://www.bcb.gov.br/estatisticas/estatisticasfiscais>
31. Dívida pública fecha 2022 perto de R\$ 6 trilhões - Agência Brasil, acessado em agosto 25, 2025, <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2023-01/divida-publica-fecha-2022-perto-de-r-6-trilhoes>
32. Dívida Bruta do Brasil sobe e alcança 76,1% do PIB - CNN Brasil, acessado em agosto 25, 2025, <https://www.cnnbrasil.com.br/economia/macroeconomia/divida-bruta-do-brasil-sobe-e-alcanca-761-do-pib/>
33. Dívida Bruta deve chegar a 81,8% do PIB em 2022 — Tesouro Nacional - Portal Gov.br, acessado em agosto 25, 2025, <https://www.gov.br/tesouronacional/pt-br/noticias/divida-bruta-deve-chegar-a-81-8-do-pib-em-2022>
34. Finanças Públicas | Carta de Conjuntura - Ipea, acessado em agosto 25, 2025, <https://www.ipea.gov.br/cartadeconjuntura/index.php/category/financas-publicas/>
35. Tesouro: Déficit primário de 2024 fica em 0,09% do PIB | CNN 360° - YouTube, acessado em agosto 25, 2025, <https://www.youtube.com/watch?v=uGXs0yHwrlA>
36. Análise comparativa dos resultados fiscais do governo federal brasileiro em setembro de 2023 e 2022 - Portal Contábeis, acessado em agosto 25, 2025, <https://www.contabeis.com.br/artigos/62225/analise-comparativa-dos-resultados-fiscais-do-governo-federal-brasileiro-em-setembro-de-2023-e-2022/>
37. Os cinco desafios da política fiscal em 2024 - FGV Ibre, acessado em agosto 25, 2025, <https://portalibre.fgv.br/revista-conjuntura-economica/carta-da-conjuntura/os-cinco-desafios-da-politica-fiscal-em-2024>
38. Crescimento médio do Brasil entre 2019 e 2022 deve ser de 1,14%, diz FMI - InfoMoney, acessado em agosto 25, 2025, <https://www.infomoney.com.br/economia/crescimento-medio-do-brasil-entre-2019-e-2022-deve-ser-de-114-diz-fmi>

[19-e-2022-deve-ser-de-114-diz-fmi/](#)

39. Câmara aprova PEC dos Precatórios com fase de transição fiscal até 2027 - JOTA, acessado em agosto 25, 2025, <https://www.jota.info/legislativo/camara-aprova-pec-dos-precatorios-com-fase-de-transicao-fiscal-ate-2027>
40. PEC 66 propõe mudança no cálculo dos precatórios - Terra, acessado em agosto 25, 2025, <https://www.terra.com.br/noticias/pec-66-propoe-mudanca-no-calculo-dos-precatorios.a1bcb06544cfd971709c8393d6cd1f52njaerrox.html>
41. Valor Investe: PEC dos Precatórios: entenda o impacto fiscal do projeto - CNB/SP, acessado em agosto 25, 2025, <https://cnbsp.org.br/2025/07/17/valor-investe-pec-dos-precatorios-entenda-o-im-pacto-fiscal-do-projeto/>
42. Câmara aprova em 2º turno PEC que altera regras para pagamento de precatórios, acessado em agosto 25, 2025, <https://www.camara.leg.br/noticias/1180446-camara-aprova-em-2o-turno-pec-q-ue-altera-regras-para-pagamento-de-precatorios/>
43. PEC Kamikaze e os seus impactos na legislação brasileira - Nath Finanças, acessado em agosto 25, 2025, <https://www.nathfinancas.com.br/noticias/o-que-e-pec-kamikaze/>
44. Dívida pública tem trajetória de queda, mesmo com pandemia, e representa 78,3% do PIB, acessado em agosto 25, 2025, <https://www.cnnbrasil.com.br/economia/macroeconomia/divida-publica-tem-traj-etoria-de-queda-mesmo-com-pandemia-e-representa-783-do-pib/>
45. Tabelas especiais - Banco Central do Brasil, acessado em agosto 25, 2025, <https://www.bcb.gov.br/estatisticas/tabelasespeciais>
46. IFI - Senado Federal, acessado em agosto 25, 2025, <https://www12.senado.leg.br/ifi/en/relatorio-de-acompanhamento-fiscal>
47. IFI: meta de resultado primário não será atingida neste ano - Senado Federal, acessado em agosto 25, 2025, <https://www12.senado.leg.br/noticias/videos/2024/07/ifi-metas-de-resultado-pri-mario-nao-serao-atingidas-neste-ano>
48. Instituição Fiscal Independente - IFI - Senado Federal, acessado em agosto 25, 2025, <https://www12.senado.leg.br/ifi/relatorio-de-acompanhamento-fiscal>
49. RAF - Relatório de Acompanhamento Fiscal - AWS, acessado em agosto 25, 2025, <https://conasems-ava-prod.s3.sa-east-1.amazonaws.com/institucional/orientacoes/raf86-mar2024-1711481175.pdf>
50. Relatório de Acompanhamento Fiscal - Congresso em Foco, acessado em agosto 25, 2025, https://static.congressoemfoco.com.br/attachment/2025/04/16/4f6b8a_raf-ifi-26-042025.pdf
51. Resultado do Tesouro Nacional - Série Histórica - Conjuntos de dados - CKAN, acessado em agosto 25, 2025, <https://www.tesourotransparente.gov.br/ckan/dataset/resultado-do-tesouro-nacional>

52. Tesouro Nacional - Homepage, acessado em agosto 25, 2025,
<https://www.gov.br/tesouronacional/pt-br>
53. PEC dos Precatórios e MP do IOF ajudam, mas ajuste fiscal ainda é crucial, diz IFI, acessado em agosto 25, 2025,
<https://www12.senado.leg.br/noticias/audios/2025/08/pec-dos-precatorios-e-mp-do-iof-ajudam-mas-ajuste-fiscal-ainda-e-crucial-diz-ifi>
54. PEC dos Precatórios pode ajudar meta fiscal em 2027, diz ministra Tebet - YouTube, acessado em agosto 25, 2025,
<https://www.youtube.com/watch?v=6lipnGMeRFE>
55. MME divulga o impacto potencial dos efeitos da EC nº 123/2022 no preço do etanol, acessado em agosto 25, 2025,
<https://www.gov.br/mme/pt-br/assuntos/noticias/mme-divulga-o-impacto-potencial-dos-efeitos-da-ec-no-123-2022-no-preco-do-etanol>
56. Emenda Constitucional nº 123 de 2022 (Poder Legislativo) - Portal da Câmara dos Deputados, acessado em agosto 25, 2025,
<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/emecon/2022/emendaconstitucional-123-14-julho-2022-792985-norma-pl.html>
57. Relatório de Acompanhamento Fiscal - Poder360, acessado em agosto 25, 2025,
<https://static.poder360.com.br/2023/12/83-RAF-IFI-dezembro.pdf>